

A ADUNICAMP, através da Diretoria, Comando, Conselho de Representantes e Comissão do SOS UNIVERSIDADE vai encaminhar as discussões sobre a campanha de modo a garantir a continuidade desse trabalho que significa a possibilidade concreta de aprofundarmos os debates acerca do significado da luta EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA, ampliando o apoio recebido de todos os setores da população.

Entendemos que esse salto qualitativo dado pelo movimento deve ter continuidade e incorporar à essa luta os estudantes e funcionários e todos os docentes da UNICAMP.

**PARTICIPE DOS GRUPOS DE TRABALHO.  
VAMOS APROFUNDAR NOSSO CONHECIMENTO SOBRE A UNICAMP.  
SOS-UNIVERSIDADE EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA,  
CONTRA O DESCASO E INSENSIBILIDADE DO GOVERNO QUERCIA.**

**GOVERNO CRIA COMISSÃO PARA IMPLEMENTAR  
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.  
EDUCADORES E ASSOCIAÇÕES DOCENTES JÁ TÊM PROPOSTAS.**

Os Reitores anunciaram, na reunião do dia 25, que o Governador criou comissão para, no prazo de 30 dias, apresentar propostas que visem a aplicação do art. 207 da Constituição que prevê a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades. Na Comissão, estão os secretários Goldman, Nagle, Mazuchelli, Rollemberg e os 3 Reitores.

A ADUNICAMP, em conjunto com as outras Associações estará acompanhando os estudos dessa Comissão, uma vez que já existem propostas do movimento docente para essa questão, a nível nacional. Ao Grupo de Trabalho do SOS UNIVERSIDADE caberá estudar mais profundamente as propostas já existentes para serem debatidas pelo conjunto dos docentes da UNICAMP e encaminhadas posteriormente para a Constituinte Estadual.

DIA 30 - DIA ESTADUAL DE PARALISAÇÃO

**unicamp**

BOLETIM  
Nº 054/88  
DATA: 28.11.88

## REUNIÃO INDICA "INTENÇÕES" DO GOVERNO

A reunião da Comissão Específica das Universidades, no último dia 25, contou com a presença dos Reitores das 3 Universidades, dos Secretários Nagle e Goldman e dos presidentes das Associações de Docentes e Servidores. Não foi apresentada uma proposta concreta, e pode-se definir seus resultados com os seguintes pontos:

- 1º O GOVERNO DO ESTADO NÃO TEM CONDIÇÕES DE DEFINIR ÍNDICES DE REAJUSTE ANTES DA DEFINIÇÃO, A NÍVEL FEDERAL, DA QUESTÃO DA ROLAGEM DA DÍVIDA DOS ESTADOS;
- 2º A DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE JANEIRO: ESTÁ ESTREITAMENTE VINCULADA À DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE REAJUSTE A VIGORAR A PARTIR DE FEVE REIRO, PARA O CONJUNTO DO FUNCIONALISMO (Comissão Paritária);
- 3º HÁ UMA DISPOSIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO EM DISCUTIR AS PERDAS SALARIAIS DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS. O ENTENDIMENTO DO GOVERNO É DE QUE A RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS DEVE SE DAR PELA MÉDIA DOS SALÁRIOS, ENQUANTO AS ASSOCIAÇÕES DEFENDEM A RECOMPOSIÇÃO AOS NÍVEIS DE JANEIRO/87 (PELO PICO e NÃO PELA MÉDIA);
- 4º HÁ CONSENSO DE QUE A FORMA DE REAJUSTE SERÁ MENSAL. A QUESTÃO FUNDAMENTAL É: QUAL O ÍNDICE? REITORES E ASSOCIAÇÕES ENTENDEM QUE DEVE RECOMPOR AS PERDAS COM A INFLAÇÃO: GOVERNO É RETICENTE NA INDEXAÇÃO E CONSIDERA QUE DEVE SER ANALISADA A MASSA SALARIAL ANTES DE DEFINIR ÍNDICE DE MENSALIDADE.
- 5º PARA O GOVERNO, É IMPORTANTE NESTE MOMENTO, DISCUTIR AS PERDAS SALARIAIS, SUA RECOMPOSIÇÃO E DISCUTIR NOSSOS SALÁRIOS COMPARANDO-OS AOS SALÁRIOS DE MERCADO(!).
- 6º NOVA REUNIÃO DA COMISSÃO DIA 02.12.

Nessa reunião foi bastante discutida a questão da **ESPECIFICIDADE** das Universidades e a necessidade de se definir uma política adequada para a recomposição dos salários de modo a sanar a grave crise por que passamos no momento. A Reitor da UNESP e a ADUNICAMP reafirmaram, após uma longa discussão técnica em torno de números e índices, a necessidade de o Governo do Estado apresentar uma proposta concreta de reajuste para Janeiro/89 e parâmetros para a definição da política salarial. Os argumentos da insatisfação generalizada e da perspectiva concreta de deflagração de uma nova paralisação, não sensibilizaram o Secretário Goldman, que limitou-se a afirmar que o Governo não ganha nada em ficar adiando a decisão e que também tem interesse em anunciar os índices e a política salarial em um prazo mais breve possível.

Ficou claro para as Associações que o Governo do Estado já tem estudos que apontam para várias alternativas na definição de uma política salarial, segundo palavras do próprio Secretário, e que aguarda a definição da União com relação à rolagem da dívida dos Estados. Mas ficou claro também; se considerarmos os itens acima, que essas alternativas estão longe de contemplar as reivindicações em termos da recomposição das perdas e da política de mensalidade desejada.

